

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP nº 000150-032/2022**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA- TAC**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por sua Promotora de Justiça, Paula Caroline Nunes Machado, 1ª Promotora de Justiça de Paragominas/PA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo aquelas previstas nas Resoluções n.º 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e o **COMPROMISSÁRIO V. M. SILVEIRA SOSTHENES-ME**, CNPJ nº 13.431.442/0001-34, devidamente representado por meio de **ADRIANO SILVEIRA SOSTHENES**, CPF 636.370.222-49, representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Advogado, Dr. Margean Marvin Santana Lima, inscrito na OAB/PA nº 26.543, *e-mail* margem.lima@gmail.com, o qual subscreve;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal e nos artigos 26 e 27 da Lei 8.625/93, das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, (CF, artigo 37);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do que dispõe o artigo 127 da Constituição da República, possui a relevante missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o art. 225 da Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum

do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presente e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 118/2014 do CNMP já previa a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, com vista à disseminação da cultura de pacificação, à redução da litigiosidade, à satisfação social, ao empoderamento social e ao estímulo de soluções consensuais (art. 2º, caput), observada a valorização do protagonismo institucional na obtenção de resultados socialmente relevantes que promovam a justiça de modo célere e efetivo (art. 2º, IV);

CONSIDERANDO que a garantia da reparação cível dos danos causados em detrimento do meio ambiente é um dos princípios básicos da Lei de Crimes Ambientais do nosso país, cujos efeitos se espraiam a todo o ordenamento jurídico, até mesmo porque, como bem leciona Alex Fernandes Santiago (Fundamentos de Direito Penal Ambiental. Belo Horizonte: Del Rey. 2015. p. 349f: *“A conclusão é de que nada servirá um Direito Penal que pretenda proteger o meio ambiente e não se ocupe da reparação do dano ambiental. A reparação é essencial, imanente a qualquer discussão sobre meio ambiente. Primeiro prevenção e, em seu fracasso, imediatamente buscar a reparação. De que servirão sanções como a pena privativa de liberdade para aqueles que desmatam a floresta amazônica, por exemplo, se também não lhes é exigida a recomposição do ambiente danificado.*

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO não cumpriu as condicionantes da outorga n° 1747/2015, para captação de água subterrânea.

CONSIDERANDO que a COMPROMISSÁRIO manifestou interesse em solucionar o caso por meio consensual;

CONSIDERANDO que a Lei 7.347/85 dispõe em seu artigo 5º, § 6º, que:

Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às

exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo extrajudicial;

RESOLVEM CELEBRAR o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com força de título executivo extrajudicial, com base nos art. 5º, 6º, da Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), conformidade com as cláusulas e condições seguintes, tendo como compromitente **V. M. SILVEIRA SOSTHENES - ME.**

I – DO OBJETO:

Cláusula 1ª:

O presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA tem por objeto o fato subsumido à hipótese prevista no artigo 12, II, da Lei 9.433/97, em razão de o COMPROMISSÁRIO ter realizado captação de água subterrânea sem cumprir as condicionantes da outorga nº 1747/2015.

II- DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª:

O COMPROMISSÁRIO obriga-se a:

- (I) Realizar o pagamento no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a título de reparação do dano, com vencimento em 30/09/2022, em conta da Secretaria do Verde e Meio Ambiente-SEMMA, CNPJ 19.339.962/0001-06, Cód Banco 001-9, Agência 0820-6, Conta Corrente 65.318-7, FUNDO AQUISIÇÃO DE MUDAS.

III- DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO COMPROMISSÁRIO:**Cláusula 3ª:**

O COMPROMISSÁRIO se compromete a:

(I) comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou de endereço eletrônico;

(II) comprovar, perante o Ministério Público, o cumprimento da obrigação, mediante apresentação do comprovante de pagamento;

I V - DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO ACORDO:**Cláusula 4ª:**

O descumprimento da obrigação resultará no ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública, constituindo este termo em Título Executivo Extrajudicial, na forma do disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85.

V- DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**Cláusula 5ª:**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente termo contra o COMPROMISSÁRIO, bem como, em caso de cumprimento integral do termo, obriga-se a arquivar definitivamente qualquer procedimento relacionado ao acordo em relação ao COMPROMISSÁRIO.



1º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAGOMINAS/PA

VI- DA DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO:

Cláusula 6ª:

O COMPROMISSÁRIO aceita o presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento em três vias de igual forma, teor e valor jurídico.

Paragominas/PA, 24 de agosto de 2022.

PAULA CAROLINE NUNES MACHADO

1º Promotora de Justiça de Paragominas/PA.

Consentimento gravado por meio da plataforma Teams

ADRIANO SILVEIRA SOSTHENES

Responsável legal pela V. M. SILVEIRA SOSTHENES - ME

CNPJ nº 13.431.442/0001-34 e CPF nº 636.370.222-49

COMPROMISSÁRIO

Dr. MARGEAN MARVIN SANTANA LIMA

Advogado inscrito na OAB/PA nº 26.543